

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini e Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. parlamentares.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, vocês que nos assistem pela TVAL, senhores e senhoras.

Com muita tristeza todos nós tomamos conhecimento da grande tragédia ocorrida no final de semana, quando um superlotado ônibus de turismo despencou na serra Dona Francisca, num acidente que ceifou a vida de 51 pessoas. Tragédias como essa deixam marcas em suas comunidades, em muitas famílias, e desta vez as comunidades de União da

Vitória e Porto União, as gêmeas do Iguazu, estão enlutadas com esse trágico acidente rodoviário.

Represento o planalto norte e quero externar a solidariedade do nosso Parlamento a todos os que perderam parentes ou amigos. Mas quero aproveitar para fazer algumas reflexões. A primeira questão que vem à tona com esse acidente é a superlotação dos ônibus de turismo. Fala-se em socorro de uma Van da mesma empresa. Ora, um socorro deve ser feito para levar as pessoas até um ponto próximo de onde foram recolhidas, a fim de que possam abrigar-se com segurança até que as devidas providências sejam tomadas: que sigam viagem em outro veículo, ou que retornem de onde vieram. Ao que tudo indica, o que aconteceu não foi uma coisa nem outra.

O segundo aspecto que pretendo abordar é a falta de fiscalização, em especial no caso em tela. Ainda que fossem pessoas que estavam dirigindo-se para um encontro religioso, a fiscalização do transporte rodoviário é absolutamente imprescindível. Está claro que há procedimentos prévios que as empresas devem atender, como a listagem dos que viajam que é comunicada aos órgãos competentes antes do início do roteiro. Mas durante o deslocamento, já na estrada, quem tem a atribuição de eventualmente fiscalizar é o pessoal da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, que ainda na semana passada foi motivo de moção aprovada nesta Casa, uma vez que há risco de enfraquecimento dessa autarquia no estado de Santa Catarina.

Há quem possa imaginar que a serra Dona Francisca é mal cuidada ou mal sinalizada. Mas eu discordo e coloco-me como alguém que transita por aquela estrada todas as semanas. A subida ou a descida da serra, como queiram, é feita em uma pista de concreto, ao menos no trecho onde ocorreu o acidente, e a estrada está em boas condições. É claro que poderia estar melhor, com alguma sinalização adicional, mas entendo que não se pode atribuir à rodovia estadual culpa por essa tragédia.

O que acontece, de fato, é que as pessoas se expõem a situações de risco, como foi o caso desse motorista e proprietário da empresa de turismo, que colocou o grupo em perigo ao trafegar com o ônibus superlotado e não conseguir evitar o acidente, que ganhou uma proporção enorme e tirou a sua própria vida.

Neste momento, srs. parlamentares, quero fazer um alerta para o que pode vir a acontecer em função da lei sancionada pela presidente Dilma, diante da pressão dos caminhoneiros em suas recentes manifestações nas estradas, quando o que eles pretendiam, de fato, era a redução dos custos operacionais, ou seja, queda no preço do óleo diesel, redução do preço dos pedágios e melhoria no preço dos fretes. Essa lei permite o aumento do excesso de peso no transporte de cargas nas rodovias brasileiras.

Houve uma pressão grande no sentido de abonar as multas por excesso de peso, mas daí a permitir o excesso de peso através de lei vai uma enorme diferença. O que acontecerá, com certeza, serão novas tragédias em nossas rodovias.

Uma estrada é projetada com muito esmero por técnicos em segurança rodoviária, por engenheiros gabaritados; depois vem à construção seguindo os padrões, com fiscalização da obra para que aquilo que foi projetado seja cumprido à risca, visando à segurança dos futuros usuários. É claro que são levados em conta parâmetros da legislação para o transporte de cargas por causa do impacto do peso dos caminhões nas estradas. E aí entra em cena um conflito que terá início com essa flexibilização do excesso de peso, que vai resultar num evidente desgaste acelerado das nossas rodovias, que em sua grande maioria já não andam boas e nem conservadas.

Por isso eu pergunto: onde pretendem chegar? Vão ser criadas situações de risco para todos, pois também os caminhões são projetados para um determinado limite de peso e carregá-los acima do limite certamente criará desgaste de pneus, de freios, de suspensão, prejudicando, conseqüentemente, o motor e a caixa de câmbio.

Dizer que é possível aumentar o excesso de peso em 10% sem modificar o padrão das estradas e dos caminhões, guardadas as proporções, é o mesmo que uma prefeitura decretar o aumento de gabarito de uma cidade e dizer que sem nenhum ajuste técnico é possível ampliar um prédio de dez para onze andares! Imaginem se a moda pega!

O Crea, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, está protestando de forma veemente contra essa decisão presidencial que, em última análise, vai afetar toda sociedade. Não é possível achar que com caminhões mais pesados do que o recomendado não acontecerão mais acidentes e que as estradas não irão deteriorar-se em tempo menor. Nós não somos ingênuos para acreditar em um milagre dessa ordem.

O que precisamos, de fato, é dar soluções para as demandas que aí estão. Os caminhoneiros, por exemplo, estão aguardando até a próxima semana para decidir se voltam a fechar nossas rodovias. Eles querem um novo parâmetro para os fretes pagos aos autônomos, pois já não conseguem honrar o financiamento de seus caminhões que, por consequência, também não estão recebendo a manutenção devida. Tudo isso tem consequências para as estradas de Santa Catarina, do Brasil e para nossa segurança, em última análise.

Está claro que precisamos de decisões inteligentes e de ações para melhorar a segurança das estradas, não de decisões tomadas às pressas e sob pressão, que podem ampliar o risco de todos. Assim como não podemos permitir que mais um pavimento seja construído num prédio sem que o projeto estrutural seja revisto, não podemos aceitar o excesso de peso em nossas rodovias, a menos que se ache normal que a pressão possa levar lideranças políticas a subir no telhado e deixar de lado a sensatez na tomada de decisões na administração da coisa pública.

Temos que agradecer ao nobre deputado Fernando Coruja, que está criando o fórum parlamentar para avaliar a questão do transporte intermunicipal de ônibus. A bancada do PMDB respalda a sua ideia, nobre deputado, e apoia a criação desse fórum.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Nobre deputado, esse grave acidente chocou todos os catarinenses, todos os brasileiros e, de forma muito especial, os familiares e amigos daqueles que faleceram.

Faço este aparte no sentido de registrar minha solidariedade às famílias e que esse acidente possa servir de reflexão para tomarmos medidas que sirvam para dar maior segurança, maior tranquilidade, especialmente quando excursões são realizadas pelas perigosas estradas nacionais.

Minha solidariedade, portanto, a todos os familiares das vítimas.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - O planalto norte agradece a solidariedade do deputado Neodi Saretta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Leonel Pavan, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, já usei esta tribuna algumas vezes para fazer algumas cobranças ao atual governo com relação a algumas obras necessárias, importantes para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado. Certamente continuarei usando-a para cobrar o cumprimento de compromissos assumidos. São obras fundamentais para o desenvolvimento do estado, obras fundamentais para o desenvolvimento de cidades que precisam da atenção dos governos estadual e federal.

Reclamamos da falta de investimento em setores prioritários, investimentos que se fazem necessários para o escoamento do tráfego em nossas rodovias. Eu já fui conversar com alguns setores do governo e sempre fui bem recebido, bem atendido, os quais me mostraram, com muita segurança, que essa nossa expectativa vai

tranquilamente ser atendida. Então, nós ficamos contentes com esse resultado.

Ontem participei de um ato em que o governador Raimundo Colombo esteve presente, aliás, a sua presença foi fundamental, no município de Itajaí. Quero aqui, hoje, enaltecer o governador, cumprimentá-lo pelo compromisso com o porto de Itajaí, com o porto de Navegantes, enfim, com as duas cidades, Itajaí e Navegantes, com o setor produtivo e com os empresários. Parece-nos que o governador atendeu à reivindicação da classe portuária.

Falei aqui inúmeras vezes que usaria esta tribuna para enaltecer todos os atos que atendessem à sociedade de Santa Catarina, pois essa é a missão de um governante, é a missão de um gestor. A pessoa só não atende se realmente não existem condições de atendimento. Mas em virtude até das explanações do próprio governador de que já recebeu o recurso do governo federal e que ainda receberá alguns bilhões para investimento no estado, em função de o governador declarar que vai investir este ano mais de R\$ 3 bilhões na infraestrutura de Santa Catarina, em função disso tudo temos que realmente cobrar porque os recursos já estão disponíveis para investimentos de grandes proporções.

Então, assomo à tribuna para agradecer e enaltecer o governador, porque ele esteve em Itajaí e assinou um convênio no valor de R\$ 104 milhões, autorizando a empresa Triunfo a realizar uma obra no setor portuário. Por isso queremos agradecer, em nome de milhares de pessoas, e enaltecer esse gesto do governador Raimundo Colombo.

Itajaí é uma das cidades que mais produzem em Santa Catarina e até no Brasil, como também Navegantes, em função dos seus portos. E esse reconhecimento certamente fará com que essas duas cidades, em especial Itajaí, desenvolvam-se e enriqueçam ainda mais o nosso estado, como também ajudem o nosso país com a sua produção, com o desenvolvimento do setor portuário.

Mas há um porém. O governador já fez a sua parte, agora é preciso que o governo federal cumpra a sua, que deve ser um repasse de recursos no valor de R\$ 240 milhões. Segundo pesquisa que realizamos, não existe ainda previsão orçamentária por parte do governo federal para essa obra, o que nos preocupa muito! Constatamos que existe apenas a previsão no Orçamento da União de R\$ 33 milhões, que até é um valor significativo, para dragagem, manutenção e outros serviços importantes, a fim de que esses nossos portos possam desenvolver o seu trabalho a contento.

Não sabemos se o nosso pronunciamento vai ecoar no governo federal, mas vamos encaminhar esse pleito para que seja incluído no Orçamento federal, porque Santa Catarina já cumpriu a sua parte e certamente nos próximos dias a obra terá início já com o carimbo e a assinatura do governador Raimundo Colombo.

Não estamos colocando em dúvida o reconhecimento do governo federal sobre a importância dos municípios de Itajaí e Navegantes e de seus portos. Mas queremos que os setores do governo federal que cuidam dos portos não esqueçam de que compromissos foram assumidos. Já houve diálogos, já houve visitas e inúmeras audiências. Repito, não estou colocando em dúvida a disposição do governo federal, mas quero alertar que até agora não existe previsão orçamentária para arcar com os recursos necessários. Esse é um pleito não somente da direção dos portos, mas de todos os setores econômicos que os utilizam para suas atividades, movimentando não apenas a economia de Santa Catarina, mas do Brasil.

Esse pleito é de todos os deputados, de todas as cores partidárias, porque nenhum parlamentar vai torcer contra, nenhum deputado desta Casa deixará de falar, de reivindicar aquilo que é de direito do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Leonel Pavan, com a palavra o próximo orador

inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero falar sobre dois assuntos. O primeiro já foi abordado pelo líder do nosso partido, deputado Antônio Aguiar, e refere-se ao trágico acidente de ônibus ocorrido na serra Dona Francisca, com a morte de 51 pessoas. É importante lembrar que recentemente houve dois outros acidentes trágicos de ônibus em Santa Catarina, um no oeste e outro em Alfredo Wagner. E nós queremos, na linha do pronunciamento do deputado Antônio Aguiar, solidarizar-nos com as famílias das vítimas desse trágico acidente.

É evidente que quando há um acidente é preciso que o poder político, o poder que vota as leis, o poder que fiscaliza, tem que estar atento a várias questões, tem que refletir sobre o que está acontecendo.

Eu, no Congresso Nacional, já tive a oportunidade de enfrentar o problema da discussão da legislação brasileira no que diz respeito à segurança do transporte rodoviário no Brasil. Nós temos uma legislação antiga, e as exigências envolvendo o transporte coletivo, tanto urbano, como intermunicipal e interestadual, são muito frágeis. Assim, é preciso, sem dúvida nenhuma, que nos debruçemos sobre o assunto.

Eu falava há pouco com o deputado Luiz Fernando Vampiro: o que vai acontecer diante desse trágico acidente? O que se divisa para o futuro? O que vai acontecer é que ele vai ser rapidamente esquecido. Haverá um inquérito, uma discussão, um debate nos jornais, mas rapidamente será esquecido. Muito diferente, deputado Luiz Fernando Vampiro, do que acontece quando há um acidente aéreo, quando se procura por muito tempo a caixa-preta para tentar identificar a causa, muitas vezes com um custo altíssimo.

Então, cotejem, comparem o que acontece após um acidente aéreo e após um acidente de ônibus. É muito diferente! Por quê? Será porque o acidente aéreo envolve pessoas, em tese, que têm mais

recursos? Vejam o tratamento diferenciado com as pessoas que viajam de ônibus.

Então, é preciso - e esse já era o meu discurso lá no Congresso - que tenhamos uma legislação que exija do transporte por ônibus condições de segurança assemelhadas às que tem o transporte aéreo. Que se investiguem as causas! Que se investigue o que está errado! Que vejam se falta fiscalização, se falta legislação para que isso não se repita.

Hoje tivemos uma reunião da bancada na qual decidimos que o partido vai apresentar uma proposta para a criação de um fórum destinado a analisar essas questões. É preciso que venha aqui o Deter, é preciso ouvir as empresas, é preciso ver o que podemos fazer em termos de legislação ou de fiscalização para que caia o número de acidentes. É preciso ver o que se faz em outros países em termos de investigação desses acidentes.

É por isso que nós queremos que essa Assembleia se debruce sobre essa questão. O deputado Fernando Vampiro está-se oferecendo para coordenar esse fórum e nós temos que envolver toda a Assembleia para fazer uma proposta exatamente nessa linha. Nós não podemos diferenciar o tratamento que se dá aos mais ricos, que usam o transporte aéreo, dos mais pobres, que viajam de ônibus.

É preciso achar mecanismos que permitam ter mais segurança no transporte intermunicipal. No caso em tela, diz o deputado Antônio Aguiar que se tratava de um ônibus velho e que faltou fiscalização porque a empresa já havia sido multada. Eu li no jornal que não há nada na legislação quanto à exigência em relação à idade da frota de ônibus. Então, não sei exatamente qual tipo de legislação podemos fazer. Evidentemente que temos que ver o que compete ao estado, mas nós podemos tratar isso de uma forma adequada. Por exemplo, dizem que o ônibus foi trocado. Evidentemente que hoje há mecanismos, como *chip* e GPS, por exemplo, para controlar onde um ônibus anda e se é o mesmo veículo. É uma barbaridade que três acidentes dessa magnitude aconteçam em Santa

Catarina num prazo tão curto! Eu entendo que precisamos avançar no sentido de modificar a legislação.

Quero, rapidamente, fazer referência tanto ao movimento de sexta-feira, de apoio ao governo, como ao de domingo, de protesto, mas essencialmente pacíficos, que demonstraram a maturidade da democracia brasileira. Evidentemente, o Brasil enfrenta uma crise muito grave para a qual precisamos encontrar caminhos, porque se não encontrarmos saídas, o futuro se avizinha difícil no curto e no médio prazo.

Evidentemente que há as questões envolvendo a Operação Lava-Jato, questões de várias ordens, mas o governo precisa dar uma resposta. Independentemente se vai haver ou não pedido de *impeachment*, o governo tem que dar uma resposta à sociedade brasileira e essa resposta passa necessariamente pela modificação da legislação no que se refere à forma de administrar e ao uso dos recursos públicos.

Nós estamos discutindo aqui a necessidade da apresentação de uma PEC - Proposta de Emenda Constitucional - visando alterar o pacto federativo. Hoje, vi com satisfação que a Câmara dos Deputados instalou uma comissão especial para tratar dessa questão. Assim, também podemos apresentar aqui uma bela proposta para fazer uma modificação no pacto federativo que possibilite que a população brasileira tenha uma assistência melhor em várias áreas, envolvendo saúde, educação e segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Gostaria de cumprimentar o deputado Fernando Coruja, pois a mudança da legislação não envolve apenas deputados federais e senadores, acho que nós podemos contribuir muito com o nosso país, principalmente dentro desse fórum.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente e srs. deputados, aproveito o horário do PMDB para relatar um tema de importância para a economia da Grande Florianópolis.

No dia de ontem, juntamente com o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, participei da inauguração da nova sede da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia. Na oportunidade, muito mais do que a inauguração da sede física, foram celebrados diversos convênios de importância para o setor de tecnologia da informação e conhecimento no estado de Santa Catarina. Lá o Sebrae reformulou juntamente com a Acate - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia - e com a secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, o trabalho vinculado à incubadora de empresas de tecnologia, com vistas à possibilidade da divulgação dos trabalhos realizados pelos centros de inovação que o governo do estado vem implementando.

Percebemos que a Grande Florianópolis, por ser um dos principais polos da economia, deveria desenvolver-se e tornar-se cada vez mais uma referência nesse trabalho. Os centros de informação são muito mais do que uma estrutura física montada. Como se diz no meio acadêmico, as três hélices precisam juntar-se para formar força, ou seja, o governo, a universidade e as empresas.

Florianópolis, 30 anos atrás, não tinha condições, em função de questões ambientais, de estimular uma indústria local. Hoje nossa capital é referência em desenvolvimento de *software*, de *hardware*, de conhecimento, tudo isso fruto do trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina e de todas as universidades sediadas em nossa região. Hoje até temos falta de mão-de-obra para poder atender essas empresas. Por isso estamos trabalhando em qualificação, porque empresas de outros estados aqui querem instalar-se.

Hoje as universidades estão dando um caráter empreendedor aos profissionais nela formados. E um exemplo positivo disso são as incubadoras de empresas, que por um período se instalam nos

centros de inovação, o que lhes permite adentrar ao mercado gradativamente, gerando cada vez mais empregos e sendo referência internacional. A nossa região, assim como o Vale do Silício, como a Arábia Saudita e o Chile, hoje é referência internacional em tecnologia da informação, pois a inovação é uma forma de revitalizar a economia, preparando-a para um mundo em que a vida útil de um produto é cada vez menor.

Neste sentido, quero fazer o registro do trabalho iniciado já há algum tempo pelo então secretário Paulo Bornhausen, ao qual o secretário Carlos Chiodini vem dando seguimento, sempre com o aval do governo do estado.

Mas em que fase estão os centros de inovação? O trabalho teve início e precisa ser concretizado. Os recursos investidos provêm do governo federal e do caixa do Tesouro do estado. Estão previstos 13 centros e seis já estão em construção. Há centros em Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Tubarão e Chapecó. Dois estão sendo iniciados: em Itajaí e Blumenau. Há mais dois centros com os recursos garantidos, Rio do Sul e Brusque.

Precisamos unir esforços nesse processo - o Poder Legislativo, as empresas, as universidades e o Poder Executivo - para garantir que em Criciúma, Joinville e Florianópolis tenhamos recursos para a estrutura dos centros de inovação. As estruturas físicas vêm sendo montadas, mas é preciso trabalhar todo o mobiliário, os equipamentos e, mais do que isso, será necessário buscar conhecimento, treinamento e capacitação das equipes que irão atuar nesses centros. Na verdade, apesar de ser uma estrutura física de concreto e ferro, ali é a inteligência que será trabalhada.

Quero aqui ressaltar a participação do Sebrae nesse processo, que tem-se mostrado um parceiro consistente tanto na área da tecnologia da informação e conhecimento, como na qualificação da mão-de-obra, dando oportunidade ao surgimento de novas empresas. Em Santa Catarina, 98% das empresas iniciam o trabalho como micro e pequenas empresas para depois conseguir sustentar-se no mercado e não fechar.

São necessários mais investimentos e teremos que dedicar o nosso mandato para que a realidade de Chapecó, onde há um centro de inovação, possa ser uma estrutura de fomento a novas empresas e uma nova referência no setor da economia daquela região, que ainda tem muito a crescer na área de tecnologia da informação e conhecimento. Mesmo tendo tradição em outros setores da economia, a região começa a perceber que até mesmo o setor agroindustrial precisa da tecnologia para poder ter mais produtividade, trabalhar cada vez mais e de maneira mais adequada.

Sr. presidente, quero fazer o registro do trabalho que o governo do estado vem fazendo nessa área há algum tempo. Somos mais que pioneiros pela capacidade da nossa mão-de-obra, pela característica empreendedora da população que atua e, obviamente, pelo nicho existente nas estruturas sediadas em Florianópolis.

Quero deixar registrado também um cumprimento à Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia pela tradição que tem, pelo trabalho que realiza e pela parceria que faz com o poder público. Muitas vezes um pequeno investimento do poder público, deputado Silvio Dreveck, permite um retorno de impostos expressivo.

A qualificação cada vez maior da nossa mão-de-obra vai permitir que São José, por exemplo, que vem crescendo muito no setor de tecnologia, possa sediar novas empresas, as quais só se instalam num município ou num estado quando há garantia de mão-de-obra preparada. E a nossa mão-de-obra é qualificada, é preparada. E para esse processo de qualificação, a parceria com o poder público, desde o ensino médio, é importantíssima, pois permite que o estudante tenha foco e se especialize como técnico em áreas que o mercado está carente.

No atual momento de crise da economia mundial, quando o desemprego em alguns países está na faixa de 30% da população; no atual momento de crise da economia brasileira, quando parece que uma recessão se avizinha, é primordial que direcionemos a qualificação da mão-de-obra de

acordo com a tendência do mercado, pois essa é uma oportunidade para o nosso estado.

E aqui quero destacar o trabalho dos técnicos da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, na pessoa do engenheiro Jean Carlo Vogel, que coordena todo esse trabalho, designado que foi pelo secretário Carlos Chiodini. Quiçá a Assembleia Legislativa possa envolver-se diretamente, resultando em ações mais inovadoras e no reconhecimento cada vez maior em todos os países do trabalho realizado em Santa Catarina.

Por isso, fica aqui o registro, em primeiro lugar, da cerimônia de ontem de manhã, que foi marcante e contou com empresas e segmentos do setor de tecnologia de informação e conhecimento. Que possamos unir forças, colaborar e fazer com que o estado de Santa Catarina possa continuar a ser referência nacional.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa. que é líder do governo, que muitas vezes vem aqui para narrar as dificuldades que o governo enfrenta, também tem que mostrar as potencialidades catarinenses, fruto do trabalho do nosso povo, da gestão dos nossos governantes e da participação desta Casa Legislativa.

E nesse sentido, meu líder, deputado Antônio Aguiar, quero reforçar o convite para que todos participem amanhã, às 10h, no plenarinho da Assembleia Legislativa, do lançamento da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis. Deputado Leonel Pavan, apesar de sua base eleitoral localizar-se na região de Balneário Camboriú e Itajaí, tenho certeza de que v.exa. não se omitirá e participará desse trabalho, assim como os 32 deputados que assinaram a lista de adesão.

Na oportunidade, o sr. Cássio Tanighuci, juntamente com o secretário Murilo Flores e com o vice-governador, estará presente na abertura, ocasião em que fará uma apresentação de 30 minutos dos dados já coletados pelo plano que foi financiado a fundo perdido pelo BNDES, uma iniciativa importante do governo do estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não, meu líder!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Gean Loureiro, gostaria de parabenizar v.exa. pelo tema apresentado. Com certeza, amanhã estaremos nesse grande evento, assim como o deputado Aldo Schneider, que neste momento preside esta sessão.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Prezado deputado Gean Loureiro, acho que todos nós, independentemente de representarmos uma região ou outra, temos compromisso com todo o estado de Santa Catarina. E a nossa capital, Florianópolis, tem um pedaço do coração de cada um de nós. A sua preocupação com o desenvolvimento da Grande Florianópolis também é nossa e com certeza estaremos participando desse evento, até para apoiá-lo.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan. Acredito que o registro de v.exa. representa o pensamento de todos os deputados que se preocupam com o desenvolvimento do nosso estado.

Finalizando, reafirmo o convite para que amanhã, quarta-feira, às 10h, no plenarinho, todos participem desse evento, inclusive os que nos assistem pela TVAL, porque é aberto ao público. Muitas pessoas me ligaram perguntando se seria somente para convidados. Não, é um evento público, com participação franqueada a todo cidadão que tem interesse em colaborar com o desenvolvimento da nossa região e do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Cumprimento v.exa. em nome de todos os srs. deputados e deputadas.

Com certeza, deputado Gean Loureiro, a grande maioria dos nossos pares estará na abertura desse seminário sobre mobilidade urbana, justamente por

ser um tema recorrente em todas as cidades brasileiras. Obviamente que v.exa. que está à frente da comissão, terá todo o nosso apoio no sentido de fazer com que a comunidade entenda o que é esse tema.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de parlamentares do PSD que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao espaço destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, no último sábado, deputado Silvio Dreveck, tivemos uma plenária importante do nosso partido, num encontro ampliado do diretório estadual, que contou com a presença marcante de lideranças do PT, que realizaram um amplo debate sobre o momento conjuntural, os desafios que temos pela frente em Santa Catarina e no Brasil, sempre reafirmando as propostas históricas de caminhada que tornaram o Partido dos Trabalhadores um dos maiores partidos do país, que elegeu pela quarta vez consecutiva o presidente da República, em administrações que tiraram da miséria 50 milhões de brasileiros.

Nesse encontro ficou claro que um dos temas centrais do nosso partido continuará sendo a reforma política, já que o PT vem conduzindo um debate muito ousado com os movimentos sociais, com as mais diversas organizações da sociedade, como a OAB e a CNBB, dentro da perspectiva de construirmos uma Constituinte específica para essa tarefa.

Temos muita dificuldade em aceitar que um Congresso Nacional eleito para tocar as questões normais sobre a legislação nacional tenha condições de realizar a reforma política profunda que o país precisa. É por isso que o PT defende que a reforma política deva ser realizada por uma Constituinte especificamente eleita para isso, na perspectiva do avanço do combate à corrupção,

avançando em leis e em políticas que a presidente Dilma Rousseff vem apontando juntamente com o ministério da Justiça e outras organizações da sociedade.

O Partido dos Trabalhadores é uma agremiação partidária que se formou e fez sua caminhada histórica em meio às lutas sociais. Logo, não tem qualquer coisa contra a mobilização da sociedade através das manifestações como as que ocorreram durante a semana e no último domingo. Agora, não podemos concordar que de alguma forma se comprometa o processo democrático do país, como certos grupos estão fazendo, inclusive atuando em duas direções.

A primeira direção é a perspectiva de golpe, ou seja, tirar a presidenta Dilma Rousseff do poder através de processo de *impeachment*; a segunda direção é o apoio a um golpe militar. O PT renega essas duas perspectivas e quer continuar lutando democraticamente, como fez na campanha das Diretas Já e contra a ditadura militar.

Além disso, nós também temos a certeza de que o PT foi o partido que, como governo, mais avançou no combate à corrupção.

(Passa a ler.)

“Em 2003, houve a criação da CGU, Controladoria-Geral da União;

Em 2004, a criação do Portal da Transparência;

Em 2005, a criação do Pregão Eletrônico;

Em 2008, a criação do Cadastro de Empresas Inidôneas;

Em 2012, a criação da Lei de Acesso à Informação;

Em 2013 foi estabelecida a Lei n. 12.846, que caracterizou a figura do corruptor.

Isso tudo a partir do relatório da CGU, entre 2002 e 2013, quando foram punidos 4.421 agentes públicos, seja através de demissões, cassações ou afastamentos. Da mesma forma, foram punidas 3.755 empresas privadas também por essa legislação.

Antes disso tudo era varrido para baixo do tapete e virava poeira em nosso país”.

Hoje já avançamos, e a presidente Dilma Rousseff anunciou, no último final de semana, um

conjunto de novas leis avançando ainda mais na perspectiva do combate à corrupção no Brasil. Entre as legislações a serem criadas está a da ficha limpa para o funcionalismo público do país, tema importantíssimo.

Por isso, não temos dúvida de que a sociedade é fundamental para qualquer avanço social de um país. No Brasil as coisas só aconteceram quando o povo foi para as ruas com objetivos claros e com reivindicações precisas. Temos certeza de que a nossa população vai ajudar a avançarmos na perspectiva do combate à corrupção e da distribuição de renda, para que possamos avançar ainda mais no desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PDT que queiram usar a palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, primeiramente quero registrar que ontem, dia 16 de março, em Joinville, norte de Santa Catarina, a Univille comemorou 50 anos de atuação na área do ensino e do conhecimento não só naquela cidade, mas também através dos *campi* de São Bento do Sul e de São Francisco do Sul.

Estiveram presentes à solenidade os deputados Kennedy Nunes, representando o governador do estado; Darci de Matos, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; além do ex-deputado federal Paulo Bornhausen e de prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais, professores e acadêmicos. Foram homenageados ex-reitores, a atual reitora Sandra Furlan, bem como professores, ex-professores e os primeiros acadêmicos.

O evento emocionou todos os presentes, porque aquela universidade vem dando uma grande contribuição não só para Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, mas também para Santa Catarina e o Brasil na área da educação, que é um bem que se adquire, que não se perde e que é a melhor herança que os pais podem deixar para seus filhos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Silvio Dreveck, como v.exa. falou, ontem foi um dia de festa para nós que tivemos a honra de participar da comemoração dos 50 anos da Univille. E aproveito o ensejo para registrar que v.exa. quando foi prefeito de São Bento do Sul, envolveu-se nesse processo e viu a necessidade de a cidade ter um *campus* universitário.

Das muitas coisas que ouvimos na comemoração de ontem, uma me chamou a atenção: a homenagem à professora de São Bento do Sul, pois uma das virtudes ressaltadas na leitura do seu currículo foi a grande maestria em envolver o poder público quando da instalação do *campus* de São Bento do Sul. E quando falamos em poder público, referimo-nos à prefeitura e à Câmara de Vereadores, além do inegável apoio do empresariado que, inclusive, colocou-se à disposição para ministrar aulas naquele município.

Então, quero parabenizá-lo por essa ideia fantástica, e a nossa Univille, como disse ontem, chega como uma mulher bonita e inteligente que conhece economia, cuida do meio ambiente, tem um sorriso perfeito, faz medicina preventiva, cuida da alimentação e ainda cuida do corpo na educação física. A Univille é assim: apesar de ter filhos e cabelos brancos, chega moderna aos 50 anos, dando essa alegria não somente para Joinville como também para São Bento do Sul e São Francisco do Sul.

Muito obrigado a v.exa. pela presença em Joinville, por sua participação e, principalmente, pela ideia de instalar um *campus* em seu município.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, e incorporo sua manifestação ao meu pronunciamento.

De fato sou uma pessoa privilegiada: consegui formar-me na Univille e depois, como prefeito por dois mandatos consecutivos, colaborei na instalação do *campus* de São Bento do Sul e da infraestrutura para implantação do *campus* de São Bento do Sul.

Então, parabéns a toda a direção, parabéns aos professores, aos funcionários e a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente dessa belíssima construção que é a Univille.

Por outro lado, sr. presidente, outro assunto me traz à tribuna no dia de hoje. Por inúmeras vezes, desta tribuna, abordei o modelo brasileiro de trabalhar com políticas públicas, responsabilidade maior dos governos federal, estadual e municipal. Hoje li uma matéria sobre economia na revista *Exame*, com o seguinte título: "Programa de Concessões vai mudar".

Quando aqui nos manifestamos dizendo que o modelo de concessão do atual governo federal é um modelo que não atrai empreendedores, que não atrai empresas a participar dos editais de concessão para toda a infraestrutura do país - e isso vale para rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrelétricas -, queremos dizer que o modelo é arcaico. Por quê? Primeiramente, porque a segurança jurídica é questionável e, em segundo lugar, porque é um modelo no qual governo federal tem uma participação muito grande, dominante. Dessa forma, o setor privado não se sente atraído a participar. Por outro lado, também se pensa em alterar esse modelo, modificando a rentabilidade para o setor privado. Porque hoje só grandes empresas e consórcios conseguem participar desses certames de concessões. As empresas menores têm muita dificuldade, porque são obras muito grandes, principalmente quando se fala em pavimentação, em hidrelétricas e em ferrovias.

Agora, o ministério do Planejamento, juntamente com a Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, na

pessoa do sr. Carlos Eduardo Lima Jorge, estuda uma mudança nesse modelo. Isso já é um alento, um passo adiante.

Repito, inúmeras vezes afirmei nesta Casa que o governo federal deve preocupar-se com a saúde, a educação e a segurança, deixando a infraestrutura para o setor privado, que sabe fazer melhor, com mais eficiência e com mais serenidade.

Infelizmente, estamos em meio a uma crise profunda, sr. presidente, mas talvez seja este exatamente o momento para que o governo federal reflita sobre o tema e entenda que não há dinheiro para tudo - isso sem falar do que ocorreu na Petrobras e no BNDES, do qual se fala muito também. Assim, os recursos públicos disponíveis devem ser utilizados para fazer uma educação de qualidade, para fazer uma saúde pública digna e uma segurança à altura da grandeza deste país, deixando que a iniciativa privada cuide da infraestrutura, pois fará isso com muito mais competência, desde que, é claro, as concessões sejam mais atrativas do que atualmente o são.

Para concluir, sr. presidente, esperamos que essas alterações possam acontecer o mais breve possível, para sanear as finanças públicas e até para melhorar o quadro político atual, que é caótico!

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação e o pronunciamento de v. exa. e também quero cumprimentar a Univille pela passagem do seu cinquentenário, desejando que aquela instituição de ensino continue contribuindo para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social da região norte e de todo o estado de Santa Catarina.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, tivemos a

oportunidade, neste final de semana, de fazer algumas visitas ao interior do estado, em especial ao meio-oeste e ao planalto. Na Câmara de Vereadores de Xaxim recebemos uma solicitação que quero compartilhar com os srs. deputados, até porque acredito que muitos já tenham recebido demanda semelhante. Refiro-me às reivindicações dos nossos caminhoneiros, e o deputado João Amin, nosso presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com certeza está conectado com essa temática.

Acompanhamos também, sr. presidente, as manifestações deste final de semana, que foram, diga-se de passagem, ordeiras, tanto as que ocorreram na sexta-feira, quanto as que ocorreram no domingo, ambas importantes para alertar a consciência política do Brasil e para que tenhamos, de fato, um país digno de ser uma república federativa.

Eu gosto muito da expressão do escritor Adam Smith que, em seu livro sobre países ricos e países pobres, diz que o futuro estará aberto àqueles que têm mãos limpas, caráter e cérebro. É disso que precisamos, em especial da classe política gestora deste país.

Mas retomamos aqui a moção recebida da Câmara de Vereadores de Xaxim, que se refere às condições das atividades dos caminhoneiros, posto que Xaxim foi basicamente o epicentro de toda a movimentação em Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes, no que tange à alta carga tributária, à disparada do preço dos combustíveis, às condições de tráfico das nossas estradas e à falta de segurança, mas também pensando nos nossos agricultores, no agronegócio, nos nossos empresários, comerciários e nas transportadoras do nosso país.

Eu sintetizo aqui algumas das reivindicações que foram muito bem trabalhadas pelos caminhoneiros, que fizeram chegar seu grito até o Palácio do Planalto. Entre as reivindicações na busca da resolução deste problema temos:

- A solicitação de um prazo razoável de carência nos financiamentos, sem cobrança de juros no período;
- A redução da carga tributária para as empresas pequenas;
- A aposentadoria integral para motoristas com mais de 30 anos de contribuição;
- O passe livre nas praças de pedágio com eixo suspenso;
- A busca de estradas em condições seguras prezando pela vida de todos os usuários;
- A redução do preço dos combustíveis;
- O respeito aos motoristas, sempre os tratando com dignidade;
- A adoção de mecanismos para balizar o preço do frete - e parece-me que essa é a principal reivindicação.

Então, solidarizamos-nos com os caminhoneiros e sua pauta de reivindicações, deputado Aldo Schneider, esperando que de fato haja uma resposta do governo federal, para que não tenhamos a repetição dos problemas ocorridos no início deste mês em Santa Catarina, que ainda geram prejuízos para o estado, principalmente para o agronegócio.

Nós acompanhamos a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano ao oeste catarinense e ouvimos os caminhoneiros e os agricultores. Nesta hora é preciso mais do que nunca bom senso e diálogo.

Então, nesta rápida intervenção, sr. presidente, essa foi a mensagem que gostaríamos de deixar ao estado e a este plenário, além de dar publicidade à moção da Câmara de Vereadores de Xaxim que recebemos.

Deputado Kennedy Nunes, se v. exa. quiser ocupar o restante do espaço do PSD, fique à vontade.

Obrigado, sr. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda restam alguns minutos do horário do PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, primeiramente gostaria de fazer o registro da presença de alguns amigos, entre eles o vereador Paulo Ney, de Navegantes, que está acompanhado do sr. Rogério Tomaz, da *Equilibrius*, que desenvolveu e confeccionou a maior camiseta do mundo para comemorar os 20 anos de sua empresa.

Com essa ação, o empresário navegantino não pretende apenas entrar para o livro dos recordes, o *Guinness Book*, pois a confecção engloba ainda dois vieses: um social e um ambiental. O viés ambiental é que a camiseta necessitou de 2.800 kg de malha para ser confeccionada, é quatro vezes maior que o Cristo Redentor e seu comprimento equivale a um edifício de 33 andares. Desses 2.800 kg de malha produzidos, 50% do material foi algodão e 50% garrafas pet, ou seja, foram utilizadas 30 mil garrafas pet, que deixaram de ser jogadas no meio ambiente, pois viraram tecido. No dia 11 de outubro a camiseta foi autenticada pelo juiz oficial do *Guinness Book*, como a maior camiseta do mundo, ultrapassando a maior camiseta existente até então, que era da China. A referida camiseta tem quase 94 m, deputado Rodrigo Minotto, de altura e quase 63 m de largura.

Quanto ao viés social, é que ela foi confeccionada na cor rosa por conta da Rede Feminina de Combate ao Câncer lá de Navegantes. Mas a ideia do Rogério ultrapassou Santa Catarina e chegou a todo o Brasil. Toda a malha utilizada se transformou em muitas camisetas devidamente numeradas, para que fique registrado que decorreram da maior camiseta do mundo. Elas estão sendo repassadas às várias unidades da Rede Feminina de Combate ao Câncer, para que possam vendê-las e auferir renda para suas atividades.

Dentro dessa camiseta, deputada Ana Paula Lima, vem um material informativo para a mulher acerca da importância do autoexame, além de um cartão biodegradável contendo semente de uma

árvore. Assim, em qualquer lugar em que o cartão for jogado, nascerá uma árvore.

Então, é preciso parabenizar essa iniciativa e, inclusive, apresentei o Requerimento n. 0815/2014 à época em que foi confeccionada essa camiseta, cumprimentando todos os moradores da cidade de Navegantes que se envolveram no projeto.

Assim, mais uma vez, agora na presença dos idealizadores e executores do projeto, a Assembleia Legislativa tem o prazer de parabenizá-los por essa ideia fantástica. Parabeno o vereador Paulo Ney, que trouxe a esta Casa a ideia, e todos os que fizeram esse trabalho tão fantástico, colocando Santa Catarina no *Guinness Book*.

Para encerrar, gostaria que a Casa encaminhasse à família enlutada do pastor Pedro Cardoso, que faleceu aos 82 anos, uma mensagem de condolências. Ele foi presidente da Assembleia de Deus de Florianópolis, e eu e o deputado Ismael dos Santos convivemos na infância com os filhos do pastor Pedro Cardoso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Aproveito para cumprimentar o sr. Rogério, da empresa *Equilibrius*, pela brilhante ideia da confecção dessa camiseta que consta do livro dos recordes mundiais.

Outrossim, informo ao deputado Kennedy Nunes que esta Presidência tomará todas as providências quanto à mensagem de condolências à família do pastor Pedro Cardoso.

Neste momento suspendemos a sessão até as 16h, quando iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão. E como estamos em teste com a nossa nova tecnologia de votação atendendo a uma solicitação aqui do deputado Fernando Coruja e também de outros parlamentares, logo em seguida teremos uma matéria que, via de regra, não é nominal, vamos fazer torná-la nominal para ver se vai funcionar.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0019/2014 e 0679/2014.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0259/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina Professora Attela Jenichen a escola modelo no município de Indaial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Esta votação, se os deputados permitirem, será no painel para que possamos testar a nova forma de votação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não", rejeitam-no.

Submetida à votação nominal (teste do painel).

Foi aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0259/2015, com 25 votos "sim", nenhum voto "não".

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Na verdade, eu quero cumprimentar v.exa. porque essa mudança foi excelente e acabou com a pressão para votar "sim" ou "não".

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. deputado, antes de encerrar a votação tem que aparecer a lista nominal de quem votou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, quero somente clarear a questão,

porque parece que os deputados estão em votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vai aparecer a lista e o painel tem que ficar aberto para ver quem votou. Essa ideia vai ser corrigida.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, quero parabenizar a iniciativa da Mesa Diretora por esse novo estilo de votação, que contou com a contribuição dos deputados Fernando Coruja e Marcos Vieira. Eu também dei o meu pitaco, mas acredito que essa maneira de votar é muito mais democrática, sem nenhum tipo de pressão e com transparência. Acho que é uma maneira inovadora que a Assembleia Legislativa apresenta à sociedade catarinense de transparência e democracia.

Parabéns a todos os deputados que ajudaram na criação do novo sistema!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero excluir-me da manifestação dos srs. deputados, porque sou contrário à nova sistemática. Esta Casa é um Parlamento, uma Casa de debates, de discussão, e acho que o painel aberto é bom, sim, pois às vezes o autor do projeto necessita de apenas mais um voto para derrubar um veto, por exemplo, e pode aproveitar o momento para conversar e convencer um colega.

Dessa forma, fica aqui o meu protesto, embora isolado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0109/2015, 0110/2015 e 0111/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0112/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0113/2015, 0114/2015 e 0126/2015, de

autoria do deputado Antônio Aguiar; 0115/2015, 0116/2015, 0117/2015, 0118/2015 e 0119/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0120/2015 e 0121/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0122/2015, 0123/2015 e 0124/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0125/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0127/2015, de autoria do deputado Valdir Colbachini; 0128/2015 e 0129/2015, de autoria de deputada Dirce Heiderscheidt; e 0130/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0125/2015, de autoria do deputado Manoel Mota; 0126/2015, 0127/2015 e 0128/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0129/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0130/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0131/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0132/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0133/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0134/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Requerimento n. 0135/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro e outros, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, solicitando informações acerca dos recursos financeiros para a conclusão da obra da ponte Anita Garibaldi.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0019/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República e a outras autoridades, apelando pela alteração da Lei Federal n. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o uso do FGTS por trabalhadores que sofreram graves acidentes de trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de n. 0020/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente do Senado Federal e aos líderes das bancadas, solicitando apoio para a aprovação do projeto de lei que cria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com o texto que assegura a possibilidade de uso do FGTS para compra de órteses e próteses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0021/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada à presidente da República e ao governador do estado, solicitando a adoção de medidas emergenciais para minimizar os efeitos da paralisação nos transportes rodoviários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0053/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Fazenda solicitando esclarecimentos sobre eventuais providências em atendimento à pauta de reivindicações dos caminhoneiros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0054/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando esclarecimentos acerca da transferência de alunos da Escola Papa João XXIII, no bairro Passagem, para outra unidade escolar no município de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0055/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos acerca dos hospitais e das 66 mil cirurgias eletivas realizadas entre 2011 e 2014, o montante de recursos repassados pelo governo federal e a participação financeira do estado, sobre quais hospitais continuam realizando cirurgias de mutirão, bem como o número de cirurgias mensais que estão sendo realizadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0056/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando esclarecimentos acerca da sindicância, da

auditoria externa e das mudanças na Comissão de Avaliação e Fiscalização referentes ao Hospital Araranguá, que é administrado pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0057/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos acerca do motivo dos atrasos nas obras do contorno viário do município de Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0058/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos acerca da existência de projeto do governo do estado para o contorno do anel viário no município de Cocal do Sul, qual o valor total do projeto, a fase em que o mesmo se encontra, com o respectivo encaminhamento da cópia do cronograma, bem como a data da licitação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

(O deputado desiste.)

Na desistência do deputado Gean Loureiro, com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

(Pausa)

Na ausência da deputada Luciane Carminatti, com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o sr. deputado Mario Marcondes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, muito boa-tarde.

(Passa a ler.)

"Minha atuação no Parlamento catarinense terá como principal bandeira a educação. Um povo somente pode conquistar o verdadeiro desenvolvimento econômico, cultural e social na medida em que melhore a qualidade de sua educação.

Ao longo das últimas décadas conseguimos avançar muito sob o aspecto do ingresso aos mais variados níveis de ensino e essa foi uma etapa importante. Os dados demonstram que a quase totalidade das crianças em idade escolar encontra-se na sala de aula. Cresceu o número daqueles que frequentam o ensino médio e ampliaram-se consideravelmente as matrículas no ensino superior, mas ainda temos sérios problemas para ajustar!

Há pouco mais de um mês saiu o resultado da prova do Brasil do Ideb, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, aplicada em 2013 aos alunos de 5ª à 9ª série do ensino fundamental público municipal, e confesso que fiquei assustado com os seus resultados.

Em São José, para exemplificar, somente 30% dos alunos do 9º ano tiveram desempenho igual ou superior ao mínimo de acertos para estar na média em Língua Portuguesa, e míseros 13,4% obtiveram esse resultado em Matemática.

Esses dados da organização Todos pela Educação mostram objetivamente como estamos em situação

crítica nas nossas políticas educacionais. No ensino médio a evasão é assustadora e menos de 20% dos ingressantes chegam ao nível superior. Atualmente apenas 15% de jovens entre 18 e 24 anos encontram-se matriculados em cursos de nível superior, números bem inferiores aos da Argentina, Chile, México e Uruguai.

Não se trata aqui de criticar ou cobrar de um governo, trata-se de cobrar que a preocupação seja franca e responsável, que a educação seja política de estado, chamando todos os agentes, de todos os partidos, para um grande pacto pela educação brasileira.

Em função dessa realidade preocupante, nosso Parlamento deve ser cotidianamente desafiado a dar sua parcela de contribuição para que melhore a educação. E tentando dar minha modesta colaboração na área educacional, protocolei nesta semana o Projeto de Lei n. 0057/2015, que altera a distribuição dos recursos do art. 170 da Constituição Estadual.

Em nossa proposta tentamos corrigir o que entendemos como uma distorção na atual legislação, pois hoje as universidades comunitárias recebem recursos para a manutenção dos seus alunos. Achamos isso absolutamente justo, é uma conquista de todo o sistema. Ocorre que em alguns municípios, como São José e Palhoça, também temos esse tipo de instituição gratuita, mantida exclusivamente pela administração municipal, absorvendo integralmente os custos com a folha, ensino, pesquisa e extensão. Esse esforço deve ser reconhecido pelo estado. Afinal, onde estariam esses milhares de alunos, a grande maioria oriunda de escolas públicas, caso essas universidades não tivessem sido criadas? Talvez estivessem fora do ensino superior ou cursando uma instituição paga e buscando sua bolsa de estudos através do art. 170.

Não podemos tratar instituições municipais que não visam lucro, que não são privadas, de forma diferente, pois elas também são da comunidade e hoje a situação financeira dos municípios é quase falimentar. Nossa proposição prevê que sejam repassados 5% do percentual destinado ao Sistema

Acafe para as instituições municipais públicas e gratuitas criadas por lei municipal, a serem aplicados em programas de apoio aos estudantes, pesquisa científica e extensão.

Sabemos que o tema é polêmico, que haverá reações de alguns segmentos, mas não podemos furtar-nos de apresentar alternativas e respostas para as demandas que ocupam as ruas e são anseios da população catarinense.”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente, pretendo fazer algumas considerações que entendo importantes para a região sul do nosso estado.

No ano passado apresentamos alguns pleitos importantes para colégios da nossa região à secretaria da Educação, que foram aprovados pelo secretário Eduardo Deschamps. O secretário de Desenvolvimento Regional, entretanto, acabou encaminhando esses pleitos dentro do projeto de melhorias para a Copa do Mundo de 2014, o que demorou muito para ser feito. Quando chegou o momento de realizar a licitação, o Tribunal de Contas do Estado não aceitou e até no final do ano não foi possível consertar o projeto e as referidas obras acabaram não sendo viabilizadas.

Nesse meio tempo, o Ministério Público Estadual solicitou a interdição do colégio e tivemos que correr para resolver o problema. Tivemos a colaboração do deputado José Milton Scheffer, que muito nos ajudou, e conseguimos conversar com representantes do MPE e acertar alguns detalhes, o que demandou muito trabalho e tempo.

Srs. deputados, temos nesse colégio 1.800 alunos e conseguimos um espaço para colocar 400 alunos para estudar. Já está sendo alugado outro

prédio, porque não é somente um colégio que foi interditado, e será construída uma área nova, na qual ficarão 1.400 alunos.

Precisávamos de R\$ 80 mil para fazer os reparos no Colégio Maria Garcia Pessi, que estava com problemas em relação às exigências do Corpo de Bombeiros. Graças ao secretário Eduardo Deschamps, que liberou os R\$ 80 mil, conseguiremos fazer os reparos no prédio para dar tranquilidade aos seus alunos.

Enquanto isso, o Colégio Normal de Araranguá precisava de investimentos também, mas seu projeto não deu para encaminhar. Então, houve um movimento, foi realizada uma passeata, pois acharam que os recursos aplicados no Colégio Maria Garcia Pessi tinham sido desviados do Colégio Normal.

Marquei com o secretário Eduardo Deschamps, que confirmou a aplicação de recursos no Colégio Normal, em torno de R\$ 7 milhões ou R\$ 8 milhões, destinados à ampliação, ou seja, à construção de mais dois pisos e à reforma geral.

Então, quero deixar registrado, em nome da população de Araranguá e região, o agradecimento pelo compromisso cumprido em Araranguá e no vale do Araranguá.

Quanto à Escola Catulo da Paixão, que fica na cidade do meu colega do vale do Araranguá, há R\$ 4 milhões disponíveis.

Como o governo do estado havia desviado R\$ 36 milhões da barragem do rio do Salto para a do rio Chapecozinho, aproveitamos a deixa e numa reunião da bancada cobramos do governador como ficaria aquela obra no sul do estado, pela qual vimos trabalhando há tantos anos. Sua Excelência afirmou que assim que o EIA-Rima estiver pronto, vai licitar e tocar a obra. E eu sou obrigado a registrar o meu agradecimento ao governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que confirmaram a aplicação de R\$ 36 milhões daqueles R\$ 90 milhões que foram desviados da obra. Assim, com certeza, iremos ter a barragem do rio do Salto para garantir água para abastecer os perímetros urbanos e também a maior

produção de arroz irrigado no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, gostaria de falar um pouco sobre a BR-101, em virtude da qual ainda respondo a quatro processos na Polícia Federal em função de alguns movimentos e paralisações. Aliás, quero criar uma comissão neste Parlamento para fiscalizar a BR-101. Não podemos admitir que uma pista asfaltada e que ainda não foi entregue à sociedade, já esteja com buracos e tenha sido reformada três vezes.

Então, é preciso, sim, fazer um levantamento sobre isso. Se for preciso, vamos fazer uma CPI para investigar onde esse dinheiro foi investido, porque o projeto é de primeiro mundo, mas a obra é de décimo! Não dá para admitir isso!

Nós precisamos saber da empresa contratada exclusivamente para fiscalizar a obra o que realmente ela fez com os recursos que recebeu! Porque a obra é de péssima qualidade, tem buraco em todos os cantos! Cada vez que chove, a pista fica cheia de crateras, uma obra que ainda não foi entregue à população! E ainda falta o túnel do morro dos Cavalos, o túnel do morro do Formigão e a ponte da Cabeçada, que está andando a passos de tartaruga.

Então, é preciso que seja formada uma comissão de deputados do sul do estado, para fazer todo um levantamento e cobrar aonde foi investido todo o dinheiro, pois a sociedade está cobrando. Enfim, precisamos buscar todas as informações, para que a sociedade saiba que nós, políticos, cobramos qualidade das obras. Há alguns pontos positivos, mas é preciso que a obra seja concluída com qualidade.

Então, quero convocar todos os deputados da região sul e alguns que queiram nos acompanhar, para formarmos uma comissão, a fim de sabermos por que a obra não tem qualidade. Porque se não tomarmos uma atitude, outras obras serão concluídas com péssima qualidade.

Anda-se pela Europa inteira, pelos Estados Unidos e não se encontra um buraco nas rodovias. Aqui as estradas são um horror, as pistas são

cheias de buracos. Então, é preciso, sim, que o dinheiro público seja investido com mais seriedade e em obras com qualidade.

É com esse espírito que quero deixar registrado, eminente deputado Darci de Matos, que o norte está melhor do que o sul, mas ainda assim as rodovias não têm a qualidade desejada.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com grande satisfação a presença de lideranças do município de Matos Costa. É um grande prazer receber o ex-prefeito Darcy Batista Bendlim e os vereadores Zauri, Miguel da Silva Júnior, o Miguelzinho, e Edgair Scheffer, presidente, que é metido a gaúcho, e sei que v.exa., sr. presidente, gosta da lida de campo.

Quero registrar ainda a presença do vereador Diego, também de Matos Costa. Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero, da mesma forma, em nome desta Casa, dar as boas-vindas a todos os representantes da querida cidade de Matos Costa. Quero dizer ao deputado Darci de Matos que já fui patrão de CTG e por isso tenho a honra desejar uma boa estada nesta Casa aos prezados visitantes.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlarck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlarck.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARCK - Sr. presidente, gostaria de registrar com grande satisfação a presença nesta Casa do prefeito Rudimar Francisco Guth, do município de Tigrinhos, juntamente com os vereadores Gilberto Cybulski e Fernando Martim.

Também registro a presença do vice-prefeito Álvaro Luiz Vigano, do município de Campo Erê, além dos vereadores Adir Krefta e Ademar Alberton.

Por fim, saliento a presença de uma líder de Navegantes, a vereadora Norma Espíndola, e do prefeito Genésio Bressiani, de Belmonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Gostaria de dar as boas-vindas a todas as lideranças aqui nomeadas.

Gostaria também de anunciar a presença do meu filho Leonel Pavan Júnior e agradecer sua presença nesta Casa.

O próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlarck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar para cumprimentar Leonel Pavan Júnior e deixar o meu abraço a essa nova liderança do estado de Santa Catarina, nosso amigo e uma grande pessoa. E não poderia ser diferente até pelo pai que tem.

Recebemos um expediente da Fiesc, acredito que todos os srs. deputados receberam também, referente à manutenção do veto oposto pelo governador ao PL n. 0067/2011, referente à propaganda de medicamentos. Como era justa a reivindicação da Fiesc, o governador do estado entendeu pela inconstitucionalidade daquele projeto.

Na verdade, a propaganda é, muitas vezes, uma forma de orientar, de instruir rapidamente a população, e isso é importante. Vemos que Santa Catarina desponta também na questão de produtos farmacêuticos e de todo tipo de medicamentos, o que também é importante.

A nossa posição é no sentido de atender ao pedido da Fiesc quando o veto for apreciado, uma vez que há a questão legal e a importância que o setor tem para a economia catarinense.

Sr. presidente, hoje recebi do Tribunal de Contas do Estado a análise das contas da Polícia Civil de 2009, cujo parecer é pela aprovação. Então, ficamos felizes ao ver que o administrador público trabalhou com responsabilidade e zelo pela

coisa pública, ao aplicar um orçamento de mais de R\$ 50 milhões.

Quero registrar a participação do delegado Valério Alves de Brito, que há muitos anos trabalha como diretor financeiro da Polícia Civil do estado de Santa Catarina, sempre com muito zelo e competência na prestação de contas, e é assim que devem todos os administradores públicos.

Srs. deputados, manifesto minha alegria pela autorização dada pelo governador Raimundo Colombo para o início das obras de alargamento do porto de Itajaí/Navegantes, a fim de que consiga receber embarcações maiores. Hoje o porto de Itajaí/Navegantes recebe embarcações de até 305 m. Como o transporte naval cada vez mais se aprimora, novas embarcações são construídas e, após as obras, teremos a possibilidade de receber embarcações de até 335 m, o que representa um estímulo econômico à região e ao estado de Santa Catarina.

Estiveram presentes à solenidade de assinatura dessa ordem de serviço a sra. Dalva Maria Rhenius, vice-prefeita de Itajaí, e o sr. Antônio Ayres dos Santos Júnior, superintendente do porto. Realmente é uma obra muito importante para a economia catarinense.

Ao analisarmos a atuação do governo estadual na região, veremos que já foi feito um aporte de R\$ 400 milhões em melhorias na foz do rio Itajaí. Nós temos a duplicação da rodovia Antônio Heil, que liga Itajaí a Brusque; temos investimentos no Hospital Marieta Konder Bornhausen; e temos a aplicação de R\$ 103 milhões no porto de Itajaí. São investimentos importantes do governo do estado de Santa Catarina na regional de Itajaí.

Faço este registro de reconhecimento, pois num momento difícil do país o estado está presente fomentando a atividade econômica. O governador Raimundo Colombo tem-se mostrado firme no desiderato de que as obras realmente aconteçam o mais rapidamente possível.

Faço referência agora a um fato triste ocorrido no norte do estado. Eu, que nasci em Canoinhas, que morei até os oito anos de idade em

Porto União e União da Vitória, estou profundamente abalado com a tragédia ocorrida na serra Dona Francisca e, inclusive, encaminhei uma moção de pesar à população em virtude da morte profundamente lamentável de 51 pessoas, naquele que se transformou no maior desastre rodoviário da história de Santa Catarina.

Na época em que fui diretor da Polícia Civil, acompanhei um acidente ocorrido no alto vale do Itajaí, no qual perderam a vida 40 pessoas. No dia seguinte àquele acidente, nova tragédia aconteceu com um ônibus de excursão da Argentina, com mais cinco vítimas.

O estado de Santa Catarina tem uma topografia acidentada e por isso é preciso que notadamente os veículos de transporte coletivo tenham muita atenção, muito cuidado. Também a fiscalização tem que ser efetiva, porque numa rodovia com muitas curvas, deputado Darci de Matos, os veículos precisam estar em perfeitas condições de funcionamento e o próprio motorista precisa estar bem psicologicamente.

Ontem à noite passei no local do acidente e parece-me que o motorista pode ter sido acometido de um mal súbito, pois ele já estava na penúltima curva da descida, já tinha quase completado todo o trajeto, quando o veículo passou direto e caiu numa ribanceira de cerca 50 m, ocasionando a terrível tragédia.

Não poderíamos, neste instante, deixar de expressar, em nome da Assembleia Legislativa, a nossa solidariedade à população de Porto União e de União da Vitória, registrando que estamos todos muitos abalados e tristes. Trata-se de um fato lamentável e é preciso que as circunstâncias do acidente sejam apuradas para chegar as suas possíveis causas, sempre no sentido de evitar que outras tragédias dessa natureza voltem a ocorrer.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nobre deputado Maurício Eskudlark, como não pude fazer-lhe um aparte, gostaria de falar sobre a segurança do nosso estado.

V.Exa. foi diretor da Polícia Civil de 2009 a 2010, que foi o período em que mais se investiu em segurança em Santa Catarina e quando houve o maior concurso da história do estado e um dos maiores do Brasil na área da segurança. Eu, inclusive, tive a alegria de adquirir as primeiras aeronaves para a segurança de Santa Catarina.

Ontem, juntamente com v.exa., estive na solenidade de Itajaí para a assinatura da ordem de serviço pelo governador Raimundo Colombo. Já usei essa tribuna para enaltecer sua excelência por haver atendido o pleito dos empresários e do setor portuário. Porém fiz um alerta sobre o fato de a parte referente aos recursos federais não constar do Orçamento. Estou fazendo uma indicação para que se incluam no Orçamento do país os recursos necessários à complementação do valor total da obra.

Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, desejo também, neste momento, fazer menção ao ato do governador Raimundo Colombo no dia de ontem, quando assinou a autorização para as obras no valor de R\$ 103 milhões, que vão beneficiar os portos de Itajaí e de Navegantes. Sem dúvida alguma, a estrutura portuária, aliada às condições de infraestrutura geral, como ferrovias, rodovias, tecnologia e educação, é o pilar básico para que o nosso país possa tornar-se competitivo no mercado internacional.

Sr. presidente, eu também desejo, neste momento, fazer menção ao trágico e catastrófico acidente que aconteceu na serra Dona Francisca. Eu passo por lá semanalmente, porque atendo o planalto e tenho uma propriedade no município de Campo Alegre. Nós sabemos que perdemos por ano no Brasil aproximadamente 40 mil vidas. Isso é um absurdo e caracteriza-se como um verdadeiro genocídio. O Brasil é o país no qual o trânsito mata mais pessoas. A minha família foi vítima

desse tipo de tragédia, porque eu perdi dois irmãos em acidentes de trânsito.

Dito isso, quero juntar-me à população de Porto União e de União da Vitória, sobretudo aos familiares das 51 pessoas que perderam suas vidas neste trágico acidente na serra Dona Francisca, nesse momento de luto e de pesar.

Ora, esse não é o momento buscarmos culpados, mas é o momento de buscarmos alternativas para efetivamente evitar que aconteçam outros acidentes dessa natureza em nosso estado e no Brasil. Mas temos que estar atentos a alguns aspectos como a melhoria das rodovias, a condução prudente dos nossos motoristas e as boas condições dos veículos, sobretudo os ônibus. Isso é fundamental. E também a questão da lotação adequada, porque sabemos que aquele ônibus estava com uma superlotação.

Então quero, neste momento, com muita sinceridade e prazer, enaltecer o trabalho dedicado, inteligente e corajoso de muitas instituições, de muitas pessoas da cidade e da região de Joinville. O IGP, o Corpo de Bombeiros Voluntários, as diretoras de escolas, a secretária Simone Schramm com sua equipe, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Graer, enfim, todas as instituições que empreenderam uma verdadeira cruzada para atender as vítimas e os familiares das vítimas atingidos nessa grande catástrofe de repercussão nacional e internacional.

Então, lamentamos profundamente o trágico acidente acontecido na serra Dona Francisca, no sábado.

Não poderia deixar de fazer menção às manifestações livres e democráticas que aconteceram no domingo no Brasil. Nós verificamos que milhares de pessoas foram para as ruas, pessoas sem vínculo partidário ou político, jovens, crianças, trabalhadores, profissionais liberais e empresários, clamando por uma nova postura da classe política, pedindo mudanças, posicionando-se contra a corrupção galopante no país, que é absurda. E não estou me dirigindo ao partido "a" ou "b". A corrupção está impregnada no

poder público no Brasil há muitas décadas, mas efetivamente o que aconteceu nos últimos anos e meses tem assustado os brasileiros.

Em Joinville reuniram-se aproximadamente 20 mil pessoas no centro da cidade. Não sabemos quem são os líderes, quem organiza isso, ou seja, é a população brasileira indo às ruas democraticamente pedir que o poder público dê respostas para a população, que a classe política tenha uma nova ética. Ficou o recado de que precisamos urgentemente fazer as reformas necessários no poder público, que é oneroso, lento, arcaico, burocrático.

Faço essa crítica independentemente de partido político, porque o nosso partido já esteve no poder e não fez as reformas devidas. Faço um *mea culpa*. Precisamos olhar para frente e buscar uma alternativa que dê um alento à população. O país está com a economia arruinada.

A revista *Veja* traz uma matéria na qual mostra índices de crescimento que nos envergonham. Dez anos atrás éramos um país emergente e hoje passamos a ser chacota no mundo inteiro, lamentavelmente. Portanto, espero que possamos com todos os partidos, com a presidente Dilma Rousseff, juntar forças e fazer a reforma da Previdência, a reforma tributária e, sobretudo, a reforma do pacto federativo, para evitar que paguemos tantos impostos e 70% daquilo que arrecadamos fique em Brasília. Também não aguentamos mais eleições de dois em dois anos e achamos injusta a reeleição.

Concluindo, essas manifestações deixaram um recado e tenho certeza de que os Parlamentos estaduais e, sobretudo, o Congresso Nacional haverão de agilizar os pleitos da população brasileira e as respostas que pelas quais clamamos há muitos anos.

O Sr. Deputado Dalmo Claro de Oliveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro de Oliveira - Deputado Darci de Matos, na verdade quero corroborar com sua fala, especificamente no

aspecto do pacto federativo, pois não dá mais para imaginarmos que a saúde, a educação e grande parte da segurança ainda sejam administradas e financiadas quase que exclusivamente pelo governo federal. Se houvesse uma redistribuição dos recursos, passando a responsabilidade da saúde e da educação aos municípios e aos estados, com certeza teríamos uma atenção mais adequada à realidade de cada cidade, de cada região e de cada estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Dalmo Claro de Oliveira.

Era o que tínhamos no momento, sr. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Apenas para contribuir com o pronunciamento do deputado Darci de Matos sobre esse acidente que ocorreu em Santa Catarina, quero dizer que mais ou menos 40 mil pessoas morrem em acidentes de trânsito no Brasil. São mais ou menos 110 mortes por dia decorrentes de acidentes de carro. Realmente, é preciso que haja algum mecanismo para evitar que isso ocorra.

Neste momento em que tenho a honra de presidir a presente sessão, concedo a palavra à grande deputada Ana Paula Lima, do PT, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Srs. deputados que estão ainda nesta sessão ordinária, também aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer uma reflexão do que tem acontecido em nosso país de uma forma muita tranquila, humilde, com um olhar mais abrangente, tentando desmascarar todos esses movimentos. Sou uma pessoa que lutou pela democracia, pela liberdade de expressão, pela livre manifestação individual e coletiva. Mas tenho que desmascarar algumas coisas, pois as pessoas não têm o exato entendimento do que está acontecendo. Sendo assim, não admito alguns comportamentos cheios de ódio, de intolerância e muito desrespeitosos. Não quero que esse clima contamine as nossas crianças e adolescentes de uma

forma agressiva, porque sempre lutamos pela democracia, pelas liberdades e sempre fizemos o bom debate. Quando não se consegue fazer o bom debate é que se parte para a agressividade e contra isso temos que nos posicionar.

O que deve ser debatido com a sociedade é a grande reforma política que precisa acontecer e que está atrasada. Talvez a metáfora que melhor se aplica a um sistema social ou à vida humana vem da física, mais precisamente da estática, que admite o equilíbrio instável para todas as coisas, quer seja um objeto quer seja um sistema.

Assim, na vida de um indivíduo ou de um coletivo, em qualquer das suas dimensões, seja na política, através da qual se exercita o poder, seja na economia, seja na esfera cultural ou na dimensão social, tem que haver o sentimento de pertencimento e de participação. Por essa razão, o equilíbrio dos sistemas sociais é instável, semelhante a uma esfera que é equilibrada sobre uma lombada. Qualquer perturbação, por menor que seja, vai desequilibrá-la e mais adiante ela, cessado o motivo inicial, voltará à estabilidade. E é isso que está acontecendo atualmente, tudo muito semelhante ao momento de insatisfação de alguns, de inconformismo de outros e de inquietação de todos os que vivem em nosso país.

Há quem aponte a existência de uma crise de dupla face, econômica e política. No tocante à primeira, alguns economistas citam o panorama global adverso, no qual boa parte do mundo está mergulhada desde 2008, em especial países como Portugal, Espanha e Grécia, crise essa que impactou também o Japão e reduziu o crescimento da economia chinesa. E nós temos que entender este momento. Outros se fixam no conjunto das políticas compensatórias e afirmativas implantadas pelos governos nos últimos 12 anos como geradores de um desequilíbrio nas contas.

Apontando essas duas vertentes, quem está com a razão? Não há certo nem errado de forma tão simples. Nós temos que analisar o todo, até porque nos fenômenos complexos, como são os de ordem econômica, muitas variáveis se fazem presentes. O

que se deve almejar é um desenvolvimento que contemple a qualidade de vida da população com desenvolvimento sustentável. E na política, a instabilidade em grande parte é decorrente das eleições gerais de 2014, quando um acirramento de posições poucas vezes visto na história do nosso país se fez presente. Parece-me que estamos vivenciando um terceiro turno das eleições e temos que analisar isso mais profundamente.

Nessa linha, o presidente do instituto de análise política interamericana, o *Dialogue*, em Washington, sr. Peter Hakim, em entrevista concedida à *BBC Brasil*, mencionou tensões dentro do governo brasileiro e polarizações entre o Congresso e o Executivo, entre o partido da presidenta e a Oposição. Peter Hakim afirmou também que não parece haver nada que possa desencadear um processo que venha a abalar o governo, como, por exemplo, um *impeachment*, do qual muitos falam.

Outras considerações merecem registro. Primeiramente, é preciso reconhecer que a economia e a política andam juntas. Não há estabilidade política sem estabilidade econômica, embora se movam com racionalidade diferente. E também quero afirmar que é de Marx a melhor decisão entre essas duas dimensões, na medida em que colocou com clareza que se um sindicato consegue uma melhoria salarial para uma categoria, isso é economia. Se essa melhoria salarial se transforma em lei, isso é política.

O momento exige que se valorize a política, porque a política é a ciência de todas as artes e sugere que reconheça a condição humana como essencialmente política. Por isso, nessas manifestações temos que vivenciar isso também. Não podemos negar a política, sr. presidente, temos que fortalecer os movimentos políticos, porque é na política que ocorrem as grandes decisões que tanto queremos e sonhamos.

Como seres políticos e, felizmente, sob a perspectiva da política, vivemos num país democrático graças a Deus, cuja Constituição Federal assegura que todo poder emana do povo, que

o exerce por meio de representantes eleitos diretamente. Assim, temos que compreender um fato: as eleições acabaram em 2014, foi eleita a presidenta Dilma Rousseff para representar o nosso país e temos que ter a garantia de que ela ocupará o poder até 2019, porque foi eleita democraticamente pelo povo.

É preciso lembrar também que agora é possível a participação mais direta no processo de formulação de políticas públicas, a partir de conselhos, de conferências, de audiências públicas, entre outros arranjos participativos. Contudo, para o bem da nossa democracia, porque ela é muito jovem ainda, não se pode confundir governo com estado ou com nação. É preciso insistir: não é aceitável que por discordância com um governo democraticamente eleito ou, pior, visando a alcançar o poder a qualquer custo, busque-se desestabilizar o estado, ludibriando a nação com falácias. Isso não pode acontecer em nosso país. Se quisermos um país melhor, é necessária a união de todos: empresários, trabalhadores, intelectuais e instituições diversas, para que as mudanças signifiquem um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento e harmonia para a grande nação brasileira. Nós não queremos uma guerra civil, nós não queremos gente agredindo gente, nós queremos uma sociedade tranquila, na qual se possam debater os grandes temas do nosso país.

Foi esse o recado dado pela nossa presidenta nos últimos dias. Os fundamentos econômicos do Brasil são sólidos. O ajuste fiscal será transitório e as perspectivas de futuro são de melhoria da renda, do trabalho e dos serviços públicos. A corrupção, srs. deputados, tem sido enfrentada do a quem doer, e precisamos, de uma vez por todas, acabar com os financiamentos privados na política brasileira, pois dessa forma é que teremos um sistema diferenciado.

É claro que as manifestações têm que ter bandeira, mas esse debate tem que acontecer de forma tranquila, através de ideias e respeitando

as pessoas, pois é assim que o Brasil sempre foi e queremos que continue sendo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.